

**Gafisa S.A.**

CNPJ/MF nº 01.545.826/0001-07 - NIRE 35300147952

Companhia Aberta - CVM nº 01610-1

**Assembléia Geral Extraordinária - Ata nº 16, Realizada em 08 de Janeiro de 2001**

I - Data, Hora e Local: Em 08 de janeiro de 2001, às 10:00 horas, na sede social sita à Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 22º andar, s/ 2.202 - parte, São Paulo - SP. II. Presença: Presente os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme indica o Livro de Presença de Acionistas. III - Publicação do Edital de Convocação: Dispensada a publicação do edital de convocação, em face do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. IV - Composição da Mesa: Presidente: Sr. Raul Leite Luna. Secretário: Sr. Claudio Abel Ribeiro. V - Ordem do Dia: Emissão pública de debêntures, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, no valor total de cinquenta milhões de reais (R\$ 50.000.000,00). VI - Deliberações por Unanimidade de Votos dos Acionistas: (a) os acionistas decidiram aprovar, em face do que dispõe a alínea "e" do § único do Estatuto Social, a 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia, da espécie com garantia flutuante, com as seguintes características e condições: 1) Data de Emissão: Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures, doravante designada simplesmente "Data de Emissão", será de 15 de fevereiro de 2001; 2) Valor Total da Emissão: Cinquenta milhões de reais (R\$ 50.000.000,00), na Data de Emissão; 3) Séries: A emissão será formada por uma única série; 4) Quantidade de Títulos e Valor Nominal Unitário: Serão emitidas cinco mil (5.000) debêntures com valor nominal unitário de dez mil reais (R\$ 10.000,00), na Data de Emissão; 5) Espécie e Garantia: As debêntures serão da espécie com garantia flutuante, na forma do disposto no artigo 58, da Lei nº 6.404/76, e terão garantia adicional pignoratícia representada por caução de direitos creditórios oriundos de contratos de promessa de compra e venda de unidades em determinados empreendimentos incorporados pela Companhia, no valor total de vinte milhões de reais (R\$ 20.000.000,00); 6) Opção de Venda: Durante o prazo de emissão, os debenturistas terão opção de vender até setenta por cento (70%) das debêntures de sua titularidade à Companhia, sendo trinta por cento (30%) exercível em 29 de janeiro de 2002, vinte por cento (20%) exercível em 29 de janeiro de 2003 e vinte por cento (20%) exercível em 29 de janeiro de 2004, caso a Companhia (i) não atinja, anualmente, determinadas metas de lançamento de empreendimentos e venda de unidades lançadas, e/ou (ii) ultrapasse limite máximo de endividamento bancário, cujos termos e condições serão estipulados em Contrato de Opção de Venda de Debêntures, que será firmado entre a Companhia, o Agente Fiduciário e os acionistas controladores da Companhia, estes últimos na qualidade de intervenientes fiadores, devendo este contrato ser anexo à Escritura Particular de Emissão Pública de 5.000 (cinco mil) Debêntures não Conversíveis em Ações da Primeira Emissão da Gafisa S.A. ("Escritura"); 7) Forma e Tipo: As debêntures serão nominativas escriturais, não conversíveis em ações da Companhia. A Companhia não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das debêntures será comprovada pelo extrato da conta do depósito das debêntures aberta em nome do debenturista, emitido pela instituição depositária das debêntures. Adicionalmente, será expedido pelo Sistema Nacional de Debêntures - SND ("SND") o Relatório de Posição de Ativos, acompanhado de extrato, em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND; 8) Prazo e Data de Vencimento: O prazo de vencimento das debêntures será de trinta e seis (36) meses, contados a partir da Data de Emissão, vencendo-se, conseqüentemente, em 15 de fevereiro de 2004. Por ocasião do vencimento, a Companhia obriga-se a proceder à liquidação das debêntures ainda em circulação, pelo seu valor nominal unitário, acrescido de juros não pagos, na forma do item 11 abaixo; 9) Aquisição Antecipada Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação por preço não superior ao seu valor nominal unitário, acrescido de juros remuneratórios, observado o disposto no item 11 abaixo e no parágrafo 2º do artigo 55, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. As debêntures objeto

deste procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado; 10) Vencimento Antecipado: O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às debêntures e exigir o imediato resgate das debêntures em circulação, na ocorrência dos seguintes eventos: i) protesto de título(s) contra a Companhia, cujo valor global seja igual ou superior a cem mil reais (R\$ 100.000,00), ou a constituição da Companhia em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, salvo se o protesto ou constituição em mora houver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que devidamente comprovado pela Companhia, ou se for cancelado, ou ainda, se o valor dos títulos protestados, ou da obrigação que esteja em atraso, for objeto de depósito em juízo, ou de qualquer outra forma elidido pela Companhia na primeira oportunidade processual cabível, em qualquer hipótese, no prazo máximo de cinco (5) dias da sua ocorrência; (ii) pedido de falência, insolvência ou pedido de concordata da Companhia; iii) dissolução ou liquidação da Companhia; iv) descumprimento pela Companhia de quaisquer obrigações previstas na Escritura, ou em qualquer de seus Anexos, não sanado em trinta (30) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, exceto por aquelas obrigações para as quais esteja previsto um prazo específico, hipótese em que tal prazo prevalecerá; v) transformação, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra alteração na estrutura societária da Companhia, exceto se tal alteração for realizada entre a Companhia e quaisquer de suas controladas e/ou se for aprovada previamente, em Assembléia, por debenturistas titulares de, no mínimo, oitenta por cento (80%) das debêntures em circulação, excluídos deste cômputo as debêntures detidas por pessoas que possuam vínculo de ligação, direta ou indireta, com a Companhia ou com qualquer de seus acionistas controladores, ressalvadas as hipóteses previstas nos itens vi e vii abaixo; vi) SPEL Empreendimentos e Participações S.A. e CIMOB Companhia Imobiliária deixem de deter, em conjunto ou separadamente, o controle direto da Companhia através de, no mínimo, cinquenta e um por cento (51%) das ações com direito a voto de emissão da Companhia, exceto mediante aprovação prévia de debenturistas titulares da maioria das debêntures em circulação, excluídas deste cômputo debêntures detidas por pessoas que possuam vínculo de ligação, direta ou indireta, com a Companhia ou com qualquer de seus acionistas; vii) SPEL Empreendimentos e Participações S.A. deixe de deter, no mínimo, cinquenta por cento (50%) das ações com direito a voto de emissão da Companhia, exceto mediante aprovação prévia de debenturistas titulares da maioria das debêntures em circulação, excluídas deste cômputo debêntures detidas por pessoas que possuam vínculo de ligação, direta ou indireta, com a Companhia ou com qualquer de seus acionistas; viii) caso SPEL Empreendimentos e Participações S.A. e CIMOB Companhia Imobiliária, conjuntamente, ou SPEL Empreendimentos e Participações S.A., individualmente, deixem de ser capazes de assegurar, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da Assembléia Geral da Companhia e em eventuais assembleias previstas em acordo de acionistas para definição de voto; ix) não pagamento do preço de venda da opção por parte da Companhia e/ou dos acionistas controladores da Companhia, na condição de fiadores, conforme será definido no Contrato de Opção de Venda de Debêntures, que será anexo à Escritura; x) inveracidade ou inexactidão substanciais, a qualquer tempo, das declarações que serão prestadas pela Companhia, quando da celebração do contrato de prestação de garantia pignoratícia; xi) ocorrência das hipóteses previstas nos artigos 762 e 954 do Código Civil Brasileiro, desde que, na hipótese específica de ocorrência do previsto no artigo 954, inciso II, do Código Civil Brasileiro, o(s) bem(s) objeto de penhora não seja(m) substituído(s) em juízo no prazo máximo de catorze (14) dias corridos, contados da data da efetivação da penhora; e xii) demais casos previstos na Escritura de Emissão, em qualquer de seus anexos, ou em lei; 11) Juros: Às debêntures serão conferidos juros remuneratórios equivalentes a cem por cento (100%) da taxa média paga pelos depósitos interfinanceiros de um dia, denominada Taxa DI, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base duzentos e cinquenta e dois (252) dias, calculada e divulgada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP (“CETIP”), capitalizados por um “spread” ou sobretaxa anual de um inteiro e trinta centésimos por cento (1,30%), calculados a partir da

Data de Emissão das debêntures ou data do último pagamento da remuneração, até a data de pagamento dos juros; os juros serão pagos anualmente, a contar da Data de Emissão, vencendo-se no dia 15 de fevereiro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de fevereiro de 2002 e o último na data de vencimento das debêntures; 12) Repactuação: Até 07 de janeiro de 2002 a Companhia deverá publicar as novas condições de remuneração das debêntures, que deverão vigorar a partir de 15 de fevereiro de 2002. Os debenturistas e a Companhia deverão se reunir em assembléia de debenturistas, a ser convocada pelo Agente Fiduciário das debêntures e realizada em 16 de janeiro de 2002, para deliberarem sobre as novas condições de remuneração das debêntures, devendo os debenturistas que não aceitarem as novas condições de remuneração solicitar o resgate de suas debêntures à Companhia até 29 de janeiro de 2002. O pagamento do resgate pela Companhia deverá ser realizado até 15 de fevereiro de 2002, pelo seu valor nominal, acrescido dos fatores fixados para a remuneração das debêntures descritos no item 11 acima; 13) Preço de Subscrição e Forma de Pagamento: As debêntures serão subscritas pelo seu valor nominal unitário, acrescido dos fatores fixados para a remuneração das debêntures descritos no item 11 acima, calculado “pro rata temporis”, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, que será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos - SDT, disponibilizado pela CETIP, no prazo máximo de seis (6) meses, contados na data de concessão do registro da distribuição pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM; 14) Procedimento de Distribuição: (a) a distribuição das debêntures será pública, sendo adotado o procedimento diferenciado de distribuição, conforme previsto no artigo 33 da Instrução nº 13, de 30 de setembro de 1980, da CVM, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas, visando principalmente investidores institucionais, tais como entidades abertas e fechadas de previdência privada, seguradoras e fundos de investimento, sendo atendidos prioritariamente os clientes dos bancos coordenadores; (b) os acionistas decidiram, nos termos do artigo 59, § 1º da Lei nº 6.404/76, delegar ao Conselho de Administração a deliberação sobre os itens constantes dos incisos VI a VIII do artigo 59, com o único fim de atendimento de eventuais exigências feitas pela CVM na análise do processo de distribuição pública; (c) os acionistas decidiram autorizar a administração da Companhia praticar todos os atos necessários à formalização da emissão de debêntures, tais como celebrar a escritura de emissão, o contrato de prestação de garantia pignoratícia, para constituição da caução, contrato de opção de venda, contratar agente fiduciário, fixando-lhe os honorários, banco depositário das debêntures, e contratar as instituições financeiras que intermediarão a colocação pública das debêntures da 1ª emissão da Companhia, podendo, para tanto, celebrar o respectivo contrato de distribuição, ajustando cláusulas e condições e bem assim a respectiva remuneração; (d) os acionistas decidiram aprovar a lavratura da ata relativa à presente Assembléia Geral, de forma sumária nos termos do artigo 130, § 1º da Lei nº 6.404/76; (e) os acionistas decidiram, por fim, autorizar a publicação da ata com a omissão das assinaturas dos acionistas nos termos do artigo 130, § 2º da Lei nº 6.404/76. VII - Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembléia Geral, sendo lavrada a presente ata. a.a. Raul Leite - Presidente da Mesa; Claudio Abel Ribeiro - Secretário da Mesa; Acionistas: Nelson Rozental; Roberto Moses Thompson Motta; Sérgio Messias Pedreiro; Raul Leite Luna; Ivo Alves da Cunha; Claudio Abel Ribeiro; CIMOB Companhia Imobiliária (Claudio Abel Ribeiro - Diretor; Doter Karamm Junior - Diretor); SPEL Empreendimentos e Participações S.A. (Fersen Lamas Lambranh - Diretor; Roberto Moses Thompson Motta - Diretor); Brazil Development Equity Investments, LLC (Fersen Lamas Lambranh - Diretor; Roberto Moses Thompson Motta; Diretor); Emerging Markets Capital Investments, LLC (Fersen Lamas Lambranh - Diretor; Roberto Moses Thompson Motta - Diretor); The First Stock Equity Fund, LLC (Stock Maxima S.A. Corretora de Câmbio e Valores - Pedro Paulo Nunes Ferreira - José Celso Guimarães). Esta certidão é cópia fiel do lavrado no Livro de Registro de Atas de Assembléias Gerais da Companhia. São Paulo, 08 de janeiro de 2001. Claudio Abel Ribeiro - Secretário. JUCESP nº 20.789/01-4 em 01/02/2001. Arlete S. Faria Lima - Secretária Geral.